

1 **Ata da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas**
2 **realizada em Vinte e Dois de Novembro do Ano de Dois Mil e Dezessete.**
3 Presentes os Conselheiros e as Conselheiras Municipais de Saúde, além de
4 Convidados e Convidadas, conforme lista de presença em anexo, devidamente
5 assinada e que faz parte desta Ata. Havendo quórum, Maria Haydée de Jesus Lima,
6 Presidenta do Conselho Municipal de Saúde, saúda os presentes e inicia a reunião
7 às dezenove horas, com os seguintes itens de pauta: **1) Discussão e votação da**
8 **Ata do Pleno de 25 de Outubro de 2017; 2) Termo Aditivo - TA, ao CONVÊNIO**
9 **DA Maternidade de Campinas; 3) Discussão e Votação da Prestação de Contas**
10 **do 2º Quadrimestre de 2017; 4) Proposta de Moção de Repúdio pela falta de**
11 **Fornecimento de Medicamentos na Rede SUS Campinas; 5) Proposta de**
12 **Moção de Repúdio às Práticas Clientelistas nos Serviços de Saúde; 6)**
13 **Avaliação do “Abraço Hospital Ouro Verde - Complexo Hospitalar Prefeito**
14 **Edivaldo Orsi - Ouro Verde; 7) Informes.** Maria Haydée de Jesus Lima inicia a
15 reunião solicitando compreensão de todos sobre a organização do pleno e a atenção
16 à pauta extensa. Presta homenagem ao Dr. Hansen falecido dia 14/11/2017 e passa
17 a palavra a Diretora Monica que após breves palavras, lê uma mensagem da esposa
18 dele, Sra. Márcia. Após o conselheiro Robson também homenageia o Dr. Hansen,
19 falando da importância dele para o SUS campinas e os trabalhadores do SAMU. A
20 Presidenta solicita um minuto do silêncio que é seguido de uma salva de palmas.
21 Haydée prossegue solicitando que o clima no Conselho seja mais respeitoso e que
22 os conselheiros mantenham sua autonomia e liberdade, porém sem agressividade.
23 Diz que agressividade não deve se confundir com combatividade, e que vários
24 conselheiros solicitam que as reuniões sejam mais harmoniosas, produtivas e
25 menos agressivas. Sem acusações infundadas. E conclui que o Conselho precisa
26 ser um instrumento de luta, forte e respeitado. **1) Discussão e votação da Ata do**
27 **Pleno de 25 de Outubro de 2017** solicita, mais uma vez, que quem não receber a
28 ata em tempo hábil solicite o envio ao Conselho. Em processo de votação com
29 **02(duas) Abstenções fica aprovada a ata. 2) Discussão e votação do Termo**
30 **Aditivo ao Convênio com a Maternidade.** Apresentação da Dra Regina
31 coordenadora do convênio pela SMS. Documento encontra-se nos arquivos do
32 CMS. TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 86/15, VIGÊNCIA: 19/10/15 A 18/10/20. O

33 objeto conveniado é “Manter, o regime de cooperação mútua entre os partícipes, o
34 Programa de Parceria na Assistência à Saúde, no campo da assistência médica,
35 hospitalar e ambulatorial, na área da saúde materno-infantil, oferecida à população,
36 no âmbito do Sistema Único de Saúde de Campinas”. Vigência de 60 meses (até
37 18/10/20). Metas Quantitativas 60% no valor de R\$ 2.144.853,83. Metas Qualitativas
38 40% no valor de R\$ 1.429.902,56. Valor Total R\$ 3.574.756,39. Dr. Carlos Ferraz –
39 Presidente da Maternidade de Campinas, fala da importância do convênio para o
40 SUS e para a Maternidade de Campinas. Refere que a Maternidade é um prédio
41 antigo, construído em 1940 e a grande reivindicação dos usuários é que a haja uma
42 porta única, para usuários do SUS e dos Convênios. Que já está sendo programada
43 a reforma necessária, com participação inclusive da primeira dama Sra. Sandra
44 Cioci. Haydée lê o parecer com manifestação favorável à adequação tanto da meta
45 física como da respectiva adequação da composição financeira. Ressaltando, para
46 amplo conhecimento dos usuários e usuárias do SUS, que nessa relação convenial
47 devem ser observados, além dos compromissos técnicos assistenciais contidos no
48 Plano de Trabalho e na Matriz de Monitoramento do Plano, os seguintes pontos: O
49 direito das parturientes à presença de acompanhante no trabalho de parto, no parto
50 e no pós-parto imediato, segundo a **Lei Nº 11.108/05 de abril de 2005**. Em se
51 tratando de um Hospital Privado de caráter filantrópico e com atendimento duplo
52 pelo SUS e através do sistema privado, ressaltamos também, que a discriminação
53 de classe é uma prática inconstitucional, pois fere o princípio da equidade garantido
54 na lei do SUS, em portaria do Ministério da Saúde, na Carta de Direitos dos
55 Usuários do SUS (Aprovada pela **Portaria MS/GM Nº 675, de 30/03/2006**), e em
56 jurisprudências sobre o tema. Abertas as falas o Alfredo pede esclarecimentos
57 quanto à assinatura do parecer em nome da presidenta e não do Conselho Fiscal.
58 Haydée esclarece que fora construído conjuntamente e aprovado por unanimidade
59 entre a Secretaria Executiva e Conselho Fiscal. Trombetta ressalta a importância da
60 Maternidade e que por três vezes participou desse processo e diz que não aceita o
61 **“apartheid”** por se tratar de um hospital que tem isenção fiscal e tem essa prática
62 em que os conveniados e os usuários do SUS entram por portas distintas, inclusive
63 nas acomodações diferenciadas e conclui que votará favorável mais não aceita
64 segregação, pois não é cidadão de segunda classe. Maria Helena refere que já fez

65 parte, por várias vezes da comissão de acompanhamento do convênio e que sempre
66 teve falta de verbas para as adequações do prédio em relação à entrada, pois o
67 espaço é pequeno. Que só o Pronto Atendimento onde é realizado o acolhimento e
68 classificação de risco é que é separado. Terezita diz que não entendeu a verba
69 Federal e que tem que exigir o repasse. E que foi o primeiro trabalho dela e fala da
70 importância da maternidade. Núbia sugere que seja agregado no convênio vigente,
71 como parte das metas qualitativas e também se o recurso Federal entra no Fundo
72 Municipal de Saúde, destacar uma meta não contemplada, que é a realização do
73 “teste da orelhinha” para diagnóstico precoce de surdez. Teste esse garantido por lei
74 federal e realizado no Brasil inteiro. Haydée propõe que a Regina esclareça as
75 dúvidas da Terezita ou de quem quiser esclarecimentos. O Dr. Carlos diz que não há
76 segregação e sim falta de espaço e garante que com a reforma contemplará as
77 solicitações e também acrescentou que a Maternidade realiza o “teste da orelhinha”
78 para todas as crianças e é pioneira nessa prática no Brasil. Com o aceite das
79 sugestões do parecer. Em processo de votação por unanimidade foi aprovado o
80 convênio. Antes da próxima pauta Haydée sugere que vejam os cartazes do CS Vila
81 Ipê. **3) Discussão e Votação da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de**
82 **2017**; o Reinaldo, Diretor do FMS faz a apresentação (doc. arquivado no CMS), fala
83 que o município cumpre a Emenda Constitucional 029/2000–artigo 7º Lei
84 Complementar Nº 141 de 13/01/2012. Que o maior gasto é com folha de pagamento
85 50,50%. Recursos Próprios: R\$ 577.669.485,51 Federal: R\$ 216.568.329,50,
86 Estado: R\$ 28.061.520,89, Próprio Saúde: R\$ 1.055.137,50, TOTAL GERAL: R\$
87 823.354.473,40. Parecer do Conselho Fiscal apresentado pelo Coordenador Agenor,
88 O que queremos demonstrar é que há uma deliberada restrição de gastos da
89 Prefeitura na saúde; que o Estado de São Paulo investe menos que o mínimo
90 constitucional no município e o Governo Federal vêm cortando gastos e poderá
91 restringir mais ainda os recursos no próximo ano em função da lei do congelamento
92 orçamentário. Comparando os números acima da prestação de contas vemos que a
93 Prefeitura arrecadou mais e gastou menos com saúde. O que mais chamou a
94 atenção foi o gasto com material de consumo: Consequências das Restrições
95 Orçamentárias da Saúde. Material de Consumo: **2016**: 44.025.054,79 - **2017**:
96 34.888.365,74. Redução de **20,75%**. O reflexo disto está claro nas muitas

97 reclamações que este conselho recebe em relação a: FALTA DE MEDICAMENTOS;
98 PRECÁRIA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS; ATRASO NO PAGAMENTO DE
99 FORNECEDORES; FALTA DE RECURSOS PARA A TRANSFERÊNCIA DE
100 EQUIPES CUJAS UNIDADES IRÃO SER REFORMADAS, etc. Além do
101 congelamento dos salários e das contratações. O Conselho Fiscal em seu relatório
102 faz as seguintes sugestões: 1) Fim dos cortes na saúde, que têm sido feitos de
103 forma antidemocrática e sem que haja o necessário debate técnico para que haja
104 priorizações de ações essenciais. Democratização do debate – trazer ao conselho o
105 debate sobre cortes e discutir parâmetros técnicos de priorização. 2) Encaminhar
106 ofício ao Ministério Público e ao Prefeito sobre a nossa posição em relação aos
107 cortes do orçamento na Saúde e nossas manifestações em relação à Prestação de
108 Contas. 3) Que o Conselho Municipal de Saúde de Campinas se engaje na luta
109 nacional contra a PEC do congelamento do orçamento pelos próximos 20 anos
110 (PEC da Morte) enviando manifestações ao Congresso Nacional, Conselhos
111 Estadual e Nacional. 4) Que o Conselho Municipal se posicione, mais uma vez,
112 contra a terceirização da gestão dos serviços públicos, como a que ocorre no
113 Hospital Ouro Verde, através da empresa “Vitalle Saúde”, que tantos transtornos tem
114 trazido à população de Campinas e aos trabalhadores de Saúde, com atrasos nos
115 pagamentos de salários e não pagamento de direitos trabalhistas. 5) O Conselho, ao
116 avaliar esta prestação de contas, exige que os problemas da relação Prefeitura e a
117 Organização Vitalle Saúde sejam superados o mais rápido possível para que, aquele
118 hospital público que é de alta relevância para a população do Município, funcione no
119 seu potencial de qualidade e quantidade de serviços prestados, garantindo os
120 direitos de seus trabalhadores, e devolvendo aos usuários do SUS um serviço
121 compatível ao que já foi investido ali de recurso público. 6) Que se cumpra o que
122 estabelece a Lei. Que seja considerado o caráter deliberativo do Conselho do qual a
123 gestão faz parte. Nossa sugestão vai também no sentido de cobrar maior
124 participação dos gestores, tanto no sentido de esclarecer melhor suas propostas
125 como de ouvir as ponderações dos conselheiros que representam a sociedade e a
126 quem, como servidores e prestadores, devem a obrigação da participação.
127 **Conclusão Final:** Aprovação parcial da PC do 2º Quadrimestre – visto que foi
128 aplicado na saúde **28,31%**, mas há diminuição dos gastos com saúde num momento

129 em que a população mais necessita do SUS. (Posição do Conselho Fiscal com
130 exceção do Conselheiro Claudio Trombetta que é contra o parecer).
131 Encaminhamento das questões aprovadas nas sugestões para os órgãos
132 apontados. Abertas as falas o conselheiro Trombetta faz uma questão de ordem:
133 faltou na apresentação registrar a sua posição e seu voto contrário a aprovação do
134 relatório. O Agenor aceita a correção e a ressalva do Trombetta. Devido ao grande
135 número de inscrições e do adiantado da hora a Haydée coloca em votação a
136 ampliação do horário da reunião. Havendo empate segue a pauta. O Porsani
137 pondera que os dez primeiros inscritos falem. Nayara elogia o parecer do CF e
138 destaca que ele tem uma visão legal e política. Refere-se ao fato de que o Conselho
139 Nacional rejeitou a PDC pela primeira vez em anos de atuação, por falta de
140 cumprimento da lei, no que diz respeito a aplicar o percentual mínimo do orçamento
141 na saúde (12%). Reforça que a primeira sugestão é trazer o debate para o CMS,
142 pois não são critérios técnicos que estão embasando os cortes de recursos e propõe
143 fazer a convocação do Secretário de Finanças ao pleno para esclarecer com que
144 critérios têm sido feitos os cortes na saúde, pois estão levando à falta de
145 medicamentos e a outras restrições em questões essenciais. Trombetta, diz que
146 votou não e vai insistir que foi inserido na PDC convênio não aprovado no pleno
147 como o convênio com a instituição Padre Haroldo. Refere-se à falta de
148 medicamentos e materias de enfermagem e consumo. Pede votação nominal. Lúcio
149 faz um repúdio contra a gestão nos cortes ocorridos onde a lei é a de menor gasto e
150 menos desempenho. E fala da falta de medicamentos e materiais. Havendo uma
151 falta de 170 medicamentos. Relata, ainda, que houve corte de energia em unidade
152 básica por falta de pagamento. Também se refere às verbas que deveriam ter sido
153 empregadas nas UPAS. Alfredo Leal pondera que o Conselho Fiscal é constituído
154 por conselheiros e que tem diferenças das outras comissões do conselho. Considera
155 que não existe aprovação parcial da PDC, e que a administração não respeita a
156 instância do CMS. Em sua opinião o conselho ou aprova ou não. Francielly cita o
157 Diretor do Departamento Administrativo, Mauricio, presente ao pleno e se refere à
158 falta de material de consumo especificamente os medicamentos dispensados e
159 também os que são utilizados nas unidades e que estão em falta. As condições são
160 desfavoráveis ao trabalhador, pois tem ações que não estão sendo executadas por

161 falta de materiais, penalizando a população. Pede esclarecimentos da gestão. Izabel
162 se refere à situação da saúde e o descaso e a falta de gestão. Falta de bebedouro
163 nas unidades, falta de transporte para visita domiciliar. Porsani elogia o CF pelo
164 trabalho realizado e defende a aprovação parcial da PDC com ressalvas e fala da
165 ausência do secretário de saúde nas reuniões do CMS, como também do descaso
166 do Prefeito que mesmo com 26 mil assinaturas no abaixo assinado, ainda não
167 marcou audiência com o CMS. Sugere um diálogo com o secretário. Fala da falta de
168 respeito às deliberações do pleno pela gestão, inclusive em relação ao convênio
169 com o Padre Haroldo e sugere pauta no pleno de janeiro. No item conclusão final,
170 faz uma proposta de emenda: depois de 28,31%... “Porém aumentou a restrição de
171 acesso da população à saúde, apontados em vários documentos do conselho, e
172 deliberadamente a SMS aplica recursos em convênios não aprovados pelo CMS”.
173 Haydée diz que houve um esforço do CF para preparar esse parecer e para
174 demonstrar que houve uma diminuição do gasto com a saúde em comparação com
175 2016. A crise nos serviços não se justifica pelo aumento da demanda, como
176 argumenta a gestão da prefeitura, mas sim pelo corte de recursos e pelo
177 contingenciamento do orçamento. Ressalta que existe sim, aprovação com
178 ressalvas. Diz que o conselho somos os 88 conselheiros e não só a figura da
179 presidência. E que seremos fortes com o reconhecimento da população. Agenor diz
180 que para reconhecer o SUS temo que valorizá-lo, apesar de notícias contrárias.
181 Discorre sobre a falta de recurso humanos nas unidades como no CS Fernanda.
182 Rute fala do cuidado de não aprovação das contas, pois estamos dizendo que tem
183 irregularidades em todas as pastas. Então os conselheiros terão que apresentar ao
184 Tribunal de Contas a não aprovação e as irregularidades existentes. Sob pena de
185 haver cortes de repasse de verbas vindo a penalizar a população. Causando
186 desassistência. E já ocorreu no Conselho Estadual onde conselheiros estão
187 respondendo civil e criminalmente por acusações infundadas. E concluí que temos
188 que aprimorar os nossos pareceres. E repudia a PEC da Morte e falta de
189 financiamento do Estado. Haydée encaminha a proposta do Trombetta e de Alfredo
190 Leal de rejeição total do relatório do CF. Alfredo Leal propõe que as ressalvas do CF
191 sejam deliberações do pleno e não mais do CF. Haydée afirma que todo o relatório
192 passa a ser do pleno se for aprovado. Em processo de votação nominal conforme

193 lista: Votaram na proposta **01(hum)** Rejeição total: **USUÁRIOS:** Luciano Lira; José
194 Alfredo Donizeti Leal; Maria Helena Nogueira; Claudio Trombetta; Osvaldo
195 Rodrigues da Silva; Votou favoráveis na proposta **02(dois)**, aprovação Parcial com
196 ressalvas: **USUÁRIOS:** João Xavier; Renato Alves Libânio; Luiz Carlos Felicidade;
197 Maria Haydée de Jesus Lima; Lucio Rodrigues; Agenor Soares; Neide Aparecida de
198 Faveri Alves; Vânia Lando de Carvalho; Luiz Carlos Moreira de Miranda; José Paulo
199 Porsani; Geraldo Massari Cestarioli; Antonio Gomes da Silva; José Orlando de
200 Oliveira. **TRABALHADORES:** Nayara Lúcia Soares de Oliveira; Francielly Damas
201 Albino; José Pedro Baldo; Paulo Afonso da Silva Júnior; Núbia Garcia Vianna Ruivo;
202 Rafael Souza Santos; Maria Filomena de Gouveia Vilela; Deleon Rodrigo C.
203 Macedo; Rute Alves de Almeida Vieira. **GESTORES:** Monica Regina P. Toledo
204 Macedo Nunes; Sérgio Luis da Costa Dias; Reinaldo Antonio Oliveira; Andrea Paula
205 B. Von Zuben; Herling Gregório Aguilar Alonzo; Geowanna Aparecida Higino S.
206 Santos; Lucinéia Lopes dos Santos. Com **05(cinco) votos** na proposta 01(hum) que
207 é de rejeição total e com **29(vinte e nove) votos** favoráveis a proposta 02(dois) de
208 aprovação parcial com ressalvas apresentadas no relatório do Conselho Fiscal e
209 ressalva do Porsani e da Nayara. Fica Aprovada parcialmente com ressalvas a
210 Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2017. **4) Proposta de Moção de**
211 **Repúdio pela falta de Fornecimento de Medicamentos na Rede SUS Campinas,**
212 Nayara faz a leitura da moção. Em processo de votação com **01(uma) abstenção**
213 **foi aprovada a moção** que será encaminhada ao Prefeito, Comitê Gestor e
214 Secretário de Saúde. Haydée solicita esclarecimento ao Diretor do Departamento de
215 Administração, Sr. Mauricio que foi citado pela Francielly. O Mauricio fala da aflição
216 pela qual passa a administração em relação falta de medicamentos. Fala que a
217 causa principal é a restrição orçamentária na área farmacêutica e que seu
218 departamento tem executado 100% dos recursos da melhor forma possível e na sua
219 integridade, com planejamento adequado, mas os recursos não são suficientes. Não
220 estamos de braços cruzados em relação à situação. Houve um aporte de 10 milhões
221 empenhados. E está sendo solicitado dos fornecedores o cumprimento das
222 entregas. A previsão é para que seja mantido o abastecimento até o mês de março.
223 **5) Proposta de Moção da Relação entre o Legislativo com os Serviços de**
224 **Saúde;** Haydée lê a moção. Questão de Ordem feita por Leal que diz que o título da

225 moção expressa mal o seu conteúdo e sugere mudança no sentido de que se refira
226 ao clientelismo político praticado por alguns vereadores. Haydée concorda e propõe
227 que seja modificada para Moção de Repúdio as Práticas Clientelista nos Serviços de
228 Saúde dirigida a Câmara em nome do presidente da Câmara. Em processo de
229 votação por **unanimidade foi aprovada a moção. 6) Avaliação do “Abraço**
230 **Hospital Ouro Verde - Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi - Ouro**
231 **Verde;** ponto de pauta prejudicado pelo adiantado da hora, sendo retirado da
232 pauta**7) Informes:** O Luciano Lira, fala da falta de medicamentos para pacientes da
233 saúde mental e sente-se indignado pelo descaso da gestão. Núbia, convida para a
234 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Campinas.
235 Com o tema “As Políticas Públicas como forma de avanços para as Pessoas com
236 Deficiência” no dia 25 de Novembro de 2017 No salão Vermelho. Apesar de ser
237 desencadeado as pressas a conferencia na ultima sexta devemos todos participar.
238 O Leal em nome do Sr. Osvaldo do Cs Vista Alegre repassa uma denuncia sobre
239 números de demanda reprimida nas especialidades.Com a falta de exames tipo de
240 urina. E a enorme fila do Dermatologia. Haydée propõe que seja encaminhado ao
241 CMS a denuncia.Haydée alerta aos Coordenadores Distritais que no próximo pleno
242 do dia 20 de Dezembro a pauta será voltada para as demandas dos conselhos
243 locais e distritais de saúde.Luis Felicidade trás uma demanda dos alunos da PUCC
244 da região noroeste do conselho estudantil dia 23 será realizada uma assembléia
245 para deliberar sobre um manifestação contra os cortes ocorridos no convenio da
246 PUCC e por mais recursos para o SUS. Terezita, questiona se o prefeito sabe sobre
247 todas as demandas do CMS e se a gestão da SMS o informa dos ocorridos.
248 Alexandre evento na UNICAMP no dia 1 de dezembro sobre as violências sofridas
249 pelas mulheres e também sobre a falta de medicamentos e kits de exames. Neide
250 conselheira da Noroeste, questiona sobre os exames realizados no Hospital do
251 Amor como serão encaminhados para as unidades básicas. Lourdes conselheira do
252 Cs Vila Ipê, apresenta os cartazes de protesto, e convida para um Abraço no Cs Vila
253 Ipê no dia 16/12/17 as 09h00 com varias reivindicações como autoclave quebrada,
254 falta de medicamentos sala de vacinas sem refrigeração, falta de segurança com
255 dois roubos ocorridos e falta de iluminação no local. Jéssica aluna da UNICAMP
256 agradece a ida dos conselheiros que participaram do Fórum da UNICAMP, contra as

257 reformas trabalhistas foi agenda da mobilização nacional. Leu uma poesia que foi
258 produzida pela conselheira Mena. Eli Fernandes , jornalista e usuário do SUS lê um
259 documento com denúncias ocorridas no CAPS AD Independência (doc. encontra-se
260 no CMS). Haydée encaminha as denúncias do Eli e diz que serão levadas ao
261 Secretário de Saúde, a superintendente do Serviço de Saúde Dr. Candido Ferreira e
262 a Coordenadora de Saúde Mental do Convenio na SMS. Nada mais havendo a
263 tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e trinta minutos. Eu, Maria Ivonilde
264 Lúcio Vitorino, lavro a presente ata que, após lida, discutida, e aprovada, será
265 assinada por membros do Conselho Municipal de Saúde de Campinas.